

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS ESTARÁ NO CENTRO DAS NOSSAS PRIORIDADES PARA 2018

Plano de ação foi aprovado em workshop realizado em novembro. Outros focos de atuação serão poupança de longo prazo, ética e regulação, inovação e tributação

ROBERT VAN DIJK,
presidente da
ANBIMA



Fotos: Su Stathopoulos

No próximo ano, grande parte dos nossos esforços estará concentrada no desenvolvimento do mercado de capitais. Dois objetivos centrais reúnem as iniciativas: fortalecer a representatividade do setor e promover uma agenda de desenvolvimento com foco em ações para o incentivo do financiamento de longo prazo.

"Teremos um ano eleitoral pela frente e um momento como este é extremamente propício para falarmos sobre propostas para o desenvolvimento do país. Experimentamos em 2017 uma ligeira retomada do crescimento econômico, com queda substancial da taxa de juros e inflação controlada, e as projeções para 2018

apontam a manutenção dessas condições. Também ficou evidente que novas fontes de financiamento serão necessárias para atender às várias oportunidades que vêm desse cenário. O mercado de capitais está pronto para cumprir esse papel e, por isso, deve estar no centro da discussão", afirma Robert van Dijk, nosso presidente. Ele destaca a importância de apresentarmos o mercado de capitais para a sociedade como uma ferramenta essencial de contribuição para o desenvolvimento do país.

Consolidação da base de dados para nos tornarmos um hub de informações sobre o mercado e expansão da parceria com a B3 são algumas das ações definidas. A aproximação da B3 será reforçada com a realização conjunta de um evento inédito: o Congresso de Mercado de Capitais, que ocorrerá em setembro de 2018.

Outros quatro temas, que chamamos de focos de atuação, também farão parte do plano de ação: poupança de longo prazo; inovação; e ética e regulação. As iniciativas para esses temas foram ratificadas em workshop no dia 29 de novembro. O quarto tema foi tributação, que não foi discutido no encontro por ser um assunto transversal, complexo e que exige um esforço coletivo de diversos comitês e da Diretoria. Iniciativas relacionadas

à tributação sempre estiveram no radar, mas em 2018 construiremos uma proposta buscando simplificação, harmonização e simetria da regulação do mercado.

Visão de longo prazo

O plano de ação tem visão de curto prazo para 2018 e o ANBIMA +5 é a nossa estratégia de longo prazo. "O projeto nos prepara para os desafios futuros e está organizado em torno dos quatro compromissos: representar, autorregular, informar e educar", afirma Robert.

A Accenture, consultoria que nos auxilia nesta definição da estratégia de longo prazo, fez um diagnóstico para cada um dos pilares. Para a área de informações, já começamos a implementar a visão de longo prazo. São três frentes: fortalecimento e consolidação da precificação; otimização do portfólio de produtos; e desenvolvimento da plataforma de mercado de capitais. Esse último item contempla automatização e digitalização da coleta, bem como tratamento e divulgação de informações dos nossos mercados.

As ações de educação foram definidas e aguardam aprovação da Diretoria. Os pilares de autorregulação e representação terão suas propostas elaboradas no primeiro semestre de 2018 a partir do diagnóstico feito pela Accenture.



Os participantes do workshop foram divididos em grupos para validar as iniciativas do plano

CONHEÇA OS DETALHES DAS NOSSAS ATIVIDADES DO ANO QUE VEM

Mercado de capitais, poupança de longo prazo, ética e regulação, tributação e inovação serão os grandes temas de 2018



DIRECIONADOR



OBJETIVO

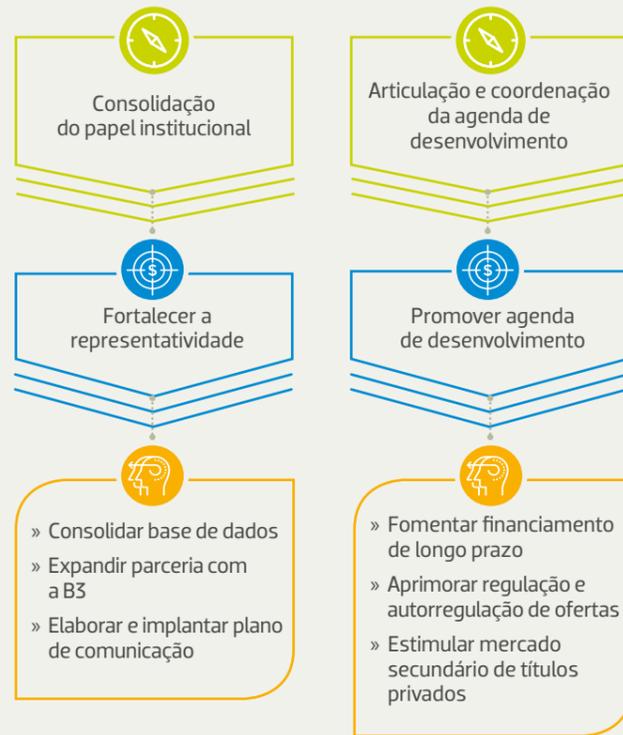


INICIATIVAS

Mercado de capitais

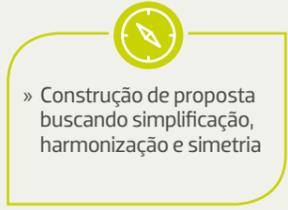
As ações vão se concentrar em dois objetivos: fortalecer a nossa representatividade e promover a agenda de desenvolvimento. Entre as iniciativas, trabalharemos na consolidação da base de dados para nos tornarmos uma central de informações e de dados sobre o mercado de capitais, como já acontece com fundos. Também vamos expandir a parceria estratégica com a B3 na realização de atividades conjuntas e implantaremos um plano de comunicação. O objetivo é inserir o mercado de capitais na discussão sobre a necessidade de o Brasil estimular instrumentos de financiamento de longo prazo.

Neste campo, terá destaque a elaboração de proposta para uma instrução exclusiva para fundos de infraestrutura. Também entrarão em pauta as iniciativas de aprimoramento da regulação e da autorregulação das ofertas públicas e o estímulo às negociações no mercado secundário de títulos privados.



Tributação

O assunto sempre esteve em nosso radar e, em um ano eleitoral, ganha prioridade na agenda. Dada sua complexidade e o envolvimento de diversos segmentos, a discussão será conduzida diretamente pelos membros da Diretoria com as lideranças dos comitês. O objetivo é construirmos uma proposta de tributação aplicável aos mercados financeiro e de capitais que contemple os princípios de simplificação, harmonização e simetria.



Poupança de longo prazo

O assunto deve ter uma agenda permanente e caminhar em linha com as pautas para mercado de capitais e previdência. Sabemos da dificuldade de avançar em temas de longo prazo em 2018, por ser um ano eleitoral.

Um dos primeiros passos será a elaboração de um diagnóstico sobre o cenário atual da previdência complementar no país. Os resultados deste levantamento, que deverá ser concluído no primeiro trimestre de 2018, pautarão nossas iniciativas. A partir daí, passaremos a interagir não só com as autoridades e com o Congresso Nacional, mas também com os candidatos às eleições.

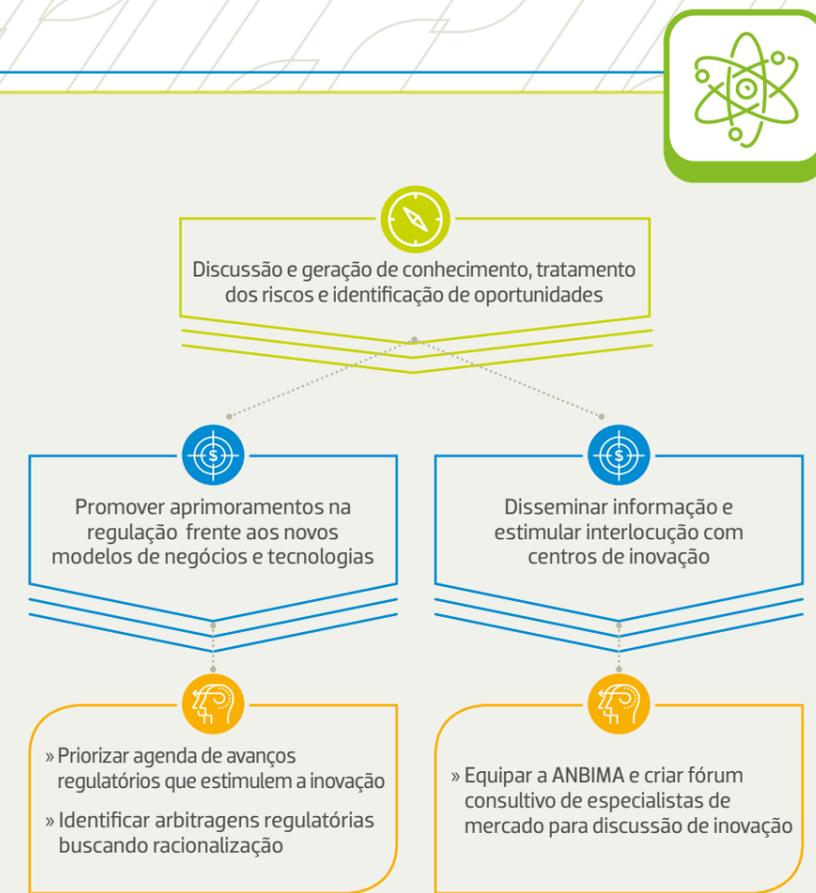
Sob o ponto de vista da regulação, há a necessidade de trabalharmos não só em previdência, mas em produtos de investimento de forma geral, incluindo FIP e FIDC, que também são instrumentos importantes para a poupança de longo prazo.



Inovação

As discussões visam identificar oportunidades para oxigenarmos os negócios. Nosso papel será aprender com as experiências de outros países e disseminar conhecimento. Será criado um fórum com profissionais do mercado e experts em inovação. Essa aproximação tem por objetivo estimular que as fintechs e outros agentes de inovação apresentem soluções para as ineficiências do mercado.

Discutiremos com os reguladores como fazer uso de inovações capazes de dar mais eficiência ao mercado. Também conversaremos com os reguladores sobre formas de otimizar processos, por meio de soluções como cadastro único e assinatura eletrônica.





Ética e regulação

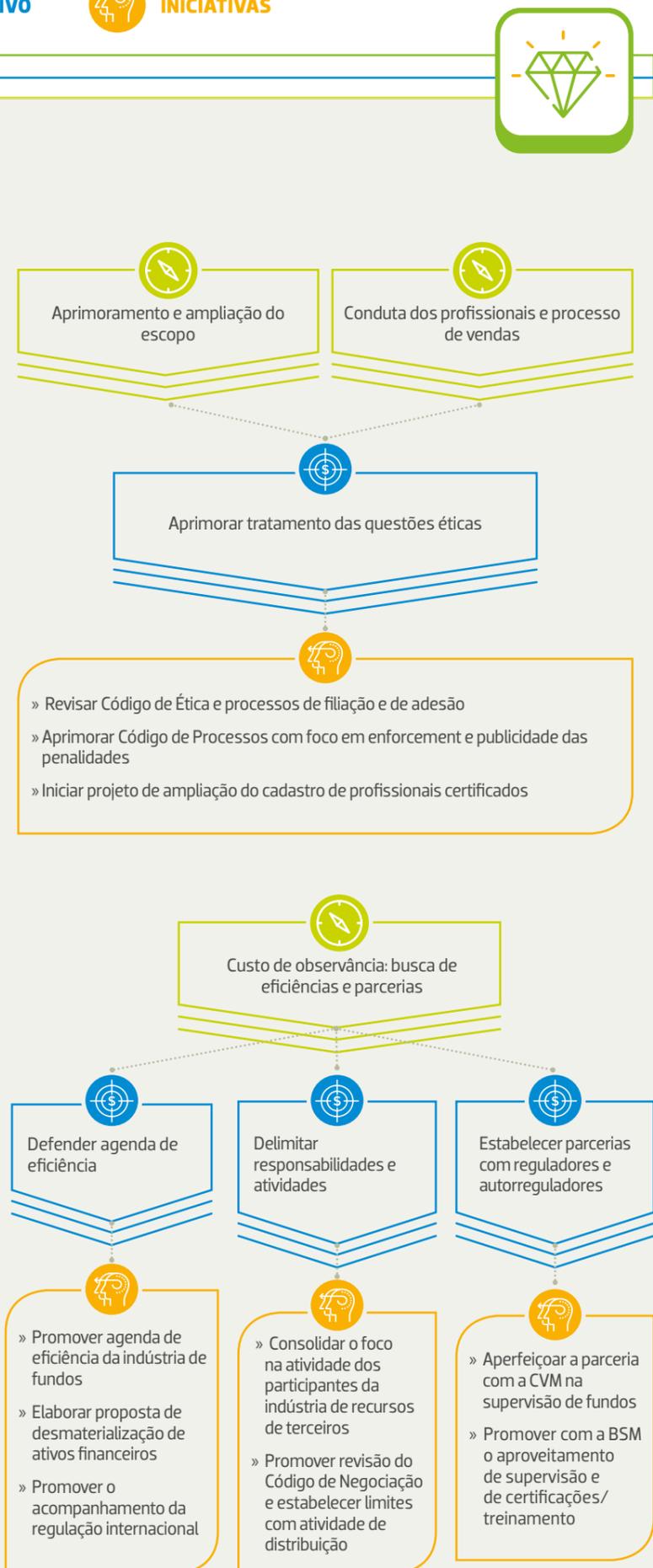
Aprimoramento e conduta

Trabalharemos na revisão do Código de Ética para aprimorar a conduta dos profissionais do mercado e especificar o que é esperado deles. Também vamos dar mais transparência das penalidades aplicadas às instituições que seguem nossos códigos de autorregulação. O objetivo é orientar as empresas de forma que identifiquem os problemas comuns no mercado e possam evitá-los.

Outro foco será como tornar mais rigorosos os processos de filiação e de adesão das instituições aos nossos códigos de autorregulação. Além disso, devem ser elaboradas ferramentas para acompanhamento contínuo das instituições que já são aderentes e/ou associadas.

Custo de observância

A redução desses custos será um assunto prioritário para todos os nossos comitês. Na indústria de fundos, por exemplo, nosso plano de ação inclui a revisão das lâminas de vendas dos produtos. Outra orientação será trabalhar na consolidação de parcerias com reguladores (CVM) e autorreguladores (BSM) para identificar oportunidades de racionalização de custos. Além disso, o debate será estendido às regras estabelecidas pela regulação internacional.



MARCELO BARBOSA QUER CVM PRÓXIMA DO MERCADO

Presidente da autarquia destaca a expressividade da indústria de fundos

À frente da CVM há quatro meses, o advogado Marcelo Barbosa chegou disposto a analisar a adequação das regras existentes considerando sempre o necessário equilíbrio entre a proteção do investidor e o custo de observância. Essa será uma das prioridades da sua gestão, assim como o aumento da inclusão financeira. Barbosa valoriza a aproximação da CVM com os demais agentes de mercado e enxerga os ganhos que esse diálogo trouxe nos últimos anos. O presidente da autarquia fala sobre a expressividade da indústria de fundos brasileira e a possibilidade da expansão do mercado de capitais com o atual cenário econômico. Leia a entrevista que ele concedeu, por e-mail, ao Informativo ANBIMA.

QUAIS SÃO AS PRIORIDADES PARA SUA GESTÃO À FRENTE DA CVM?

A CVM deve estar sempre próxima do mercado para entender sua evolução e discipliná-lo dentro de parâmetros que assegurem um bom nível de segurança aos investidores. É importante manter esse bom nível de comunicação com todos os agentes de mercado e com os investidores. Outro ponto é o papel da CVM de fomentar a disseminação e a solidificação de uma cultura de investimento no Brasil, não apenas para aumentar o nível de poupança investida, mas também para dotar os investidores de melhores condições para compreender conceitos de investimento, o que é uma importante ferramenta de proteção. O momento é propício para uma análise da adequação das regras existentes do ponto de vista do equilíbrio necessário entre o grau de proteção do investidor e a razoabilidade de seu custo de observância. Outra prioridade é o aumento da inclusão financeira, que se faz com melhoria da informação disponível, iniciativas de educação financeira e gestão junto aos meios de comunicação, às instituições de ensino, aos agentes de mercado, entre outros.



Foto: Américo Vermelho/Divulgação

“A CVM deve estar sempre próxima do mercado para entender sua evolução e discipliná-lo dentro de parâmetros que garantam um bom nível de segurança aos investidores”

DO PONTO DE VISTA REGULATÓRIO, COMO A CVM PODE CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO CUSTO DE OBSERVÂNCIA E O GANHO DE EFICIÊNCIA DA INDÚSTRIA DE FUNDOS?

A indústria de fundos brasileira é expressiva e a regulação do segmento é reconhecida internacionalmente como benchmark. É importante ter em mente que a regulação se torna ineficiente em alguns casos, por exemplo, quando é incompatível com a evolução do mercado, onera excessivamente seus agentes ou não oferece instrumentos de proteção claros e relevantes. A CVM vem atuando de forma atenta nessa área. Colocamos a redução do custo de observância em nossa agenda de forma duradoura, mas responsável, ou seja, sem comprometer as conquistas recentes da CVM em termos de garantia de acesso à informação.

QUAIS SÃO OS PLANOS DA CVM PARA INCENTIVAR AS EMISSÕES NO MERCADO?

Mantendo-se esse cenário de crescimento econômico e taxas de juros menores, haverá condições de expansão do mercado de capitais, com entrada de novos investidores que deixarão outros segmentos que se tornarão menos interessantes. Todo o trabalho de revisão de regras e regulamentação de novos institutos, que a CVM já faz, será mantido,

contando com a participação dos agentes do mercado nas audiências públicas e nos fóruns de discussão.

E QUAIS SÃO OS PLANOS PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

A proteção ao investidor começa com esclarecimento e educação. O investidor vai entender melhor os riscos e, consequentemente, entenderá melhor o que cobrar. Entretanto, educação financeira é uma área em que os resultados aparecem no longo prazo, por isso é preciso desenvolver medidas consistentes e ter um olhar paciente sobre o tema. As iniciativas devem ser não apenas no campo da educação formal em si, mas também junto aos meios de comunicação e às organizações ligadas ao sistema financeiro.

COMO OS MECANISMOS DE AUTORREGULAÇÃO PODEM CONTRIBUIR PARA O TRABALHO DA CVM?

O trabalho dos autorreguladores, quando coordenado e somado às ações do regulador, auxilia ativamente na dinâmica do mercado de capitais. Trata-se de uma colaboração ativa no exercício da CVM de acompanhar e manter o mercado cada vez mais seguro. É nítido que, nos últimos anos, a CVM aprimorou sua relação com as instituições autorreguladoras. Aperfeiçoar essas relações e o diálogo é fundamental para assegurar uma atuação regulatória efetiva.

ASSOCIADOS CELEBRAM FIM DE ANO EM CONFRATERNIZAÇÕES

Encontros em São Paulo e no Rio reuniram associados, membros dos nossos comitês e da Diretoria

As confraternizações de fim de ano para os associados aconteceram em clima de happy hour. "Além de comemorar as conquistas de 2017, que não foram poucas, essa foi uma oportunidade para estreitar os relacionamentos e renovar as energias para os desafios que enfrentaremos juntos no próximo

ano", afirmou José Carlos Doherty, nosso superintendente-geral.

Ao todo, mais de 200 pessoas participaram dos dois encontros, em São Paulo e no Rio, entre membros da Diretoria, dos comitês, dos conselhos e das comissões, além de representantes de instituições associadas e lideranças da nossa equipe interna.

Em São Paulo, as salas de reunião do nosso escritório ganharam ares de boteco no dia 5 de dezembro. No Rio de Janeiro, o happy hour realizado no dia 6 contou com a atmosfera casual tipicamente carioca do restaurante Eleven Rio, brindado pelo charme da praia de Ipanema.



Ana Wisbeck (ANBIMA), José Orlando (Ouro Preto) e Fernando Aguiar (Codepe)



Eduardo Perido (Opportunity) e Soraia Amaral (ANBIMA)



Eduardo Gomes de Almeida (Turim)



Fabício Oliveira (BNP) e Eduardo Loverro (BNP)



Henrique Ramos Pereira (Velloza Advogados) e José Carlos Doherty (ANBIMA)



Jonson Chung (Mirae), Jisang Yoo (Mirae) e Vítor Batista (Mirae)



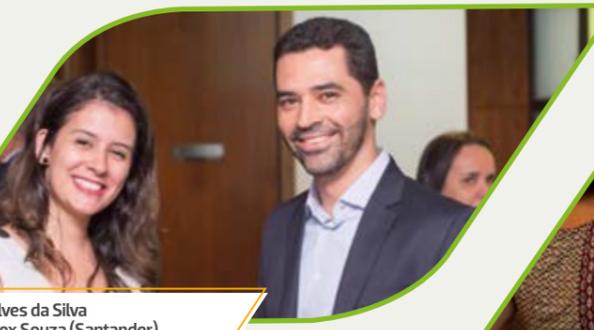
Robert van Dijk (Votorantim) e Vinicius Albernaz (Bradesco)



Luisa Saboia (Turim), João Emílio (STK), Tatiana Itikawa (ANBIMA) e Elisa Puertas (Banco BBM)



Vinicius Albernaz (Bradesco), Patrícia Herculano (ANBIMA) e Alenir Romanello (Caixa)



Giovanna Gonçalves da Silva (Santander) e Alex Souza (Santander)



Roberto Romero (Pentágono) e Jorge Ricca (Banco do Brasil)



Marina Capistrano (Novero), Rodrigo Celano (Novero), Ivyson Vila Nova (GAP Capital) e Maitê Serafim (ANBIMA)

Fotos: Su Stathopoulos e Miriam Jeske

EM BUSCA DO PROTAGONISMO NO MERCADO ACIONÁRIO

Comitê de Fundos de Ações estreita parceria com a B3 e lidera debate de temas que fortalecem a indústria

Com uma pauta alinhada à agenda da B3, o Comitê de Fundos de Ações trabalhou em diferentes temas em 2017 que contribuíram para fortalecer nosso protagonismo em assuntos que envolvam o mercado de ações. A elaboração do Código de Administração de Recursos de Terceiros, que substituirá o atual Código de Fundos de Investimento, também contou com a colaboração do comitê.

"Tivemos alguns episódios que foram bastante enriquecedores ao longo de 2017, mas o grande destaque foi o nosso bom relacionamento com a B3, principalmente com a reorganização societária da Vale", afirma Jorge Ricca, presidente do Comitê de Fundos de Ações.

O alerta de que o formato poderia afetar a indústria de fundos, especialmente os fundos de ações indexados, foi atendido pela B3, que em uma decisão extraordinária divulgou um novo ofício alterando o tratamento das posições de opções, contratos a termo e carteiras dos índices em relação à conversão voluntária das ações PN em ações ON da Vale. "Isso tranquilizou o mercado em relação aos fundos indexados. Nesse episódio, tivemos um papel protagonista. Foi um dos nossos grandes gols do ano", destaca Ricca.

A colaboração do comitê na reformulação do Novo Mercado e do nível 2 de governança corporativa ao longo do primeiro semestre foi outro destaque.

JORGE RICCA
presidente do Comitê
de Fundos de Ações

Foto: Divulgação



De acordo com Ricca, participamos das audiências públicas e recomendamos ajustes em relação a vários itens, como percentual de ações em circulação, parâmetros de preço para oferta pública, remuneração de administradores, entre outros. "Algumas das nossas propostas foram aceitas, outras não. Independentemente do resultado, tivemos uma contribuição ativa nessa questão e mais uma vez lideramos as discussões de assuntos que envolvem governança e o mercado acionário", pontua.

A aproximação com a B3 também ajudou nos debates sobre a titularidade ininterrupta para exercício do direito de recesso, que é a obrigatoriedade de um cotista manter a ação desde o anúncio de um evento societário até a concretização dele. De acordo com Ricca, o comitê entende que esse direito deve ser mantido mesmo quando as ações são alugadas. "Queremos que os fundos possam aumentar a rentabilidade com o aluguel dessas ações. Esse é um assunto presente na pauta do comitê há muito tempo e a B3 poderá nos auxiliar com a disponibilização de informações para que encaminhe-

o pleito à CVM em 2018 ou por meio de alterações nos contratos que regem o aluguel de ações".

Mercado de acesso

Em 2018, outro tema que ocupará a agenda do comitê será o mercado de acesso, plataforma para negociação de ações de empresas de pequeno porte que ainda não têm fôlego nem liquidez para ir ao pregão da B3. "É uma espécie de vestibular para a empresa que quer entrar no mercado mais maduro que a gente conhece", explica Ricca.

Ele lembra que o tema entrou na pauta do comitê em 2014, quando foram lançadas iniciativas para atrair empresas para esse mercado, que incluíram reformulação de instruções da CVM e isenções fiscais. "Mas esse mercado não vingou", afirma. Ricca reconhece que algumas regras podem ser aprimoradas. "As isenções fiscais estão valendo até o final de 2023, então podemos aproveitar isso, aprimorando as regras para incentivar o mercado de acesso. As taxas de juros em queda também podem servir como estímulo para o crescimento do mercado acionário e da indústria de fundos de ações", completa.



Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

www.anbima.com.br

Redação: Flávia Nosralla, Paula Diniz e Rejane Lima

Edição: Marineide Marques

Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Av. República do Chile, 230 – 13º andar – CEP 20031-170 – Tel: + 21 3814 3800

São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

Presidente: Robert van Dijk

Vice-Presidentes: Carlos Ambrósio, Carlos André, Conrado Engel, Flavio Souza, José Olympio Pereira, Pedro Lorenzini, Sérgio Cutolo e Vinicius Albernaz

Diretores: Alenir Romanello, Carlos Salamonde, Celso Scaramuzza, Felipe Campos, Fernando Rabello, José Eduardo Laloni, Julio Capua, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Luiz Sorge, Richard Ziliotto, Saša Markus e Vital Menezes

Conselho de Ética: Luiz Masagão Ribeiro (presidente) e Lywal Salles Filho (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Francisco Vidinha, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Eliana Marino, Lina Morassi, Marcelo Billi, Soraya Alves e Thiago Baptista